

## RESOLUÇÃO Nº 099/2023-CSMP

Altera a Resolução nº 050/2018-CSMP, que regulamenta o afastamento de membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do exercício de suas funções, para frequentar curso *stricto sensu*, *lato sensu* ou curso de aperfeiçoamento, no País ou no exterior.

○ **PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, *ad referendum* do colegiado;

### RESOLVE:

**Art. 1º** A Resolução nº 050/2018-CSMP, que regulamenta o afastamento de membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do exercício de suas funções, para frequentar curso *stricto sensu*, *lato sensu* ou curso de aperfeiçoamento, no País ou no exterior, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 1º .....

.....  
VI – observar a seguinte quantidade máxima de membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso afastados simultaneamente:

a) 1% (um por cento) do total de cargos providos, no caso de afastamentos com prejuízo total das funções;

b) 2% (dois por cento) do total de cargos providos, no caso de afastamentos com prejuízo parcial das funções.” (NR)

“Art. 2º-A. O Conselho Superior do Ministério Público poderá autorizar o afastamento com prejuízo total ou parcial das

funções do membro do Ministério Público solicitante, desde que assim requerido.

§ 1º Considera-se prejuízo parcial das funções, para fins desta Resolução, o distanciamento do Membro do Ministério Público das atividades presenciais perante a unidade em que oficia, mantendo-se o exercício daquelas que forem possíveis de serem realizadas à distância, por meio de ferramentas tecnológicas.

§ 2º No caso de afastamento com prejuízo parcial das funções, será designado(a) outro(a) Procurador(a) ou Promotor(a) de Justiça para o fim específico de realizar os atos presenciais em substituição ao membro do Ministério Público afastado.

§ 3º O afastamento com prejuízo parcial das funções dar-se-á somente nas hipóteses em que a Corregedoria Geral do Ministério Público atestar a compatibilidade entre as funções exercidas pelo membro do Ministério Público solicitante e o curso para qual o afastamento é solicitado.

§ 4º Caso seja identificado, no decorrer do afastamento com prejuízo parcial das funções, prejudicialidade às atividades da instituição, o Conselho Superior do Ministério Público poderá, mediante manifestação da Corregedoria Geral do Ministério Público, alterá-lo para com prejuízo total, ouvido o interessado.

§ 5º O afastamento com prejuízo total das funções poderá ser restrito a dias determinados da semana ou do mês, conforme o cronograma de atividades do curso, desde que o somatório dos dias de efetivo distanciamento das atividades funcionais, incluindo os eventualmente necessários para deslocamento, não ultrapasse o limite máximo de afastamento disposto nesta Resolução." (NR)



**“Art. 8º** No período correspondente ao afastamento, o membro do Ministério Público não poderá exercer qualquer atividade de magistério, excetuando-se palestras não remuneradas de interesse acadêmico ou do Ministério Público.” (NR)

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Cuiabá-MT, 22 de fevereiro de 2023.

**DEOSDETE CRUZ JÚNIOR**

Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público